

**SINPACEL-RS**

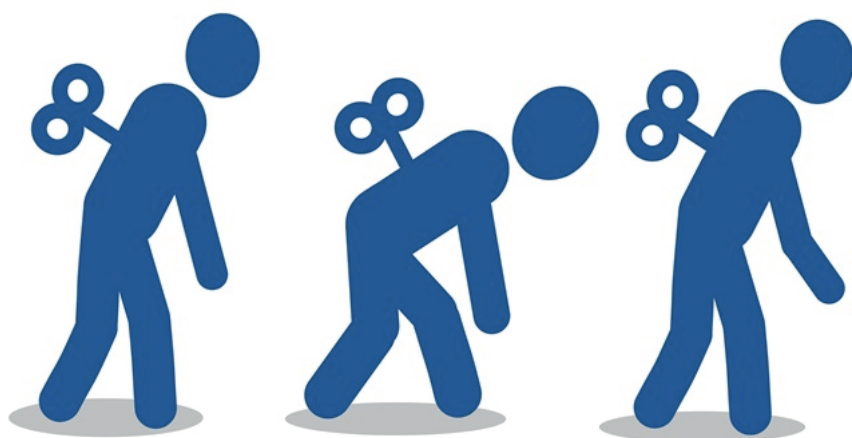
UNIÃO SINDICAL

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CELULOSE,
PAPEL, PAPELÃO, ARTEFATOS E CORTIÇA DE GUAÍBA E REGIÃO RS

FUNDADO EM 27/11/1951 | FILIADO À CUT, CNQ E FETIESC

www.sinpacel-rs.com.br | facebook.com/SinpacelRS

Relações e gestão de pessoas na CMPC



Conceitualmente, a Gestão de Pessoas é uma relação entre habilidades, políticas e práticas e que tem como objetivo gerenciar condutas e comportamentos internos dos trabalhadores, maximizando o capital humano nas organizações. Neste sentido, a boa gestão deveria incidir por via da comunicação e envolvimento dos funcionários, tornando sociáveis os departamentos e conquistando por meta o seu reconhecimento em pesquisas de clima.

O que podemos perceber na CMPC vai de encontro aos conceitos da boa

gestão de pessoas. Deveria ser uma prática dos seus gerentes e coordenadores o zelo pelo empenho dos profissionais que garantem a produtividade, neste caso garantindo igualmente a saúde, a motivação e o desenvolvimento daqueles que operam e em seu dia-a-dia agregam valor.

Bem, motivação sempre foi um tema de grande importância nas apresentações da fábrica, porém de pouca prática nos ambientes e nas condutas dos seus gestores. Vejam, em pleno ano de 2021, objetivando ideais de uma indústria

4.0, podemos evidenciar o desrespeito com o tempo das pessoas, deficiências no quadro efetivo por falta de contratações, sobrecargas de trabalho causadas pelo aumento de atribuições, reduções de salários dos novos contratados e até diferenças assustadoras na oferta do que se come, dependendo de quem recebe. Que clima!

Estar motivado tem relação direta com as ações e definições da chefia, da alta administração, da “estrela dourada” da companhia, o “diretor Best”, o senhor diretor geral. Para este último dizemos: não teremos melhora de clima se nada for feito! Melhorar o clima é trabalhar a necessidade das pessoas.

Uma fábrica com tremendo potencial, que devida insistência do cara aí de cima, segue evoluindo aos poucos e pela contramão. O momento atual da empresa, como bem colocado nos 3 C's de seu propósito, tem sido: Criar um ambiente insalubre, Conservar a ausência de valor e Conviver com a falta de empatia.

Negociação dos turnos da CMPC – Celulose Riograndense



O acordo de turnos ininterruptos entre SINPACEL-RS e a empresa CMPC terminará em 28 de fevereiro de 2022. Por isso, o Sindicato dos Trabalhadores reuniu-se com os trabalhadores em quatro oportunidades, nos dias 06 e 10/01/22 em reuniões às 10h e às 18h. Nessas reuniões foram discutidos todos os pontos que fazem parte do acordo e o que poderá ter de avanços para aperfeiçoar o acordo vigente. Neste sentido, foi aprovado em assem-

bleia, no dia 18/01/2022 - em dois horários, às 10h e 18h, a pauta de reivindicação para o próximo período 2022/2024 do Acordo de Turnos.

A primeira reunião de negociação ocorreu no dia 24/01/2022 e a segunda reunião no dia 03/02/2022. Até o fechamento das matérias para esse jornal ainda não havia uma proposta retirada em mesa de negociação para apreciação em Assembleia pelos trabalhadores.



Condições de trabalho na Celupa Melitta

Calor excessivo na área de conversão da empresa Celupa/ Melitta está causando no setor Waro, mal-estar nas trabalhadoras daquela área. O problema é antigo, e as soluções adotadas não foram suficientes para resolver o

problema, que se agrava com a operação de novos equipamentos que produzem calor. Em vários locais, a temperatura aferida ultrapassa os níveis de tolerância estipulados pela NR 15, o que representa sérios riscos à saúde dos trabalhadores. Além disso, parte do equipamento que poderia ajudar a resolver o problema, está parado aguardando manutenção desde o início do verão.

DOAÇÃO DE PANETONES – NATAL SOLIDÁRIO



No mês de dezembro, foram beneficiadas mais de 60 famílias do bairro Nova Guaíba com a campanha promovida pelo SINPACEL-RS. O sindicato doou e promoveu uma arrecadação de panetones para distribuir no bairro. Ao todo, foram doados 120 panetones. A Campanha Natal Solidário se soma a diversas ações em prol das famílias mais carentes do nosso município.

DIEESE - Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos Dezembro e ano de 2021 (Porto Alegre)

CESTA BASICA Porto Alegre – Números de dezembro e ano

- Valor da cesta: R\$ 682,90
- Variação mensal: -0,35%
- Variação no ano (12 meses): 10,92%
- Jornada necessária para comprar a cesta básica: 136h horas e 35 minutos.
- Percentual do salário mínimo líquido para compra dos produtos da cesta: 67,12%.
- Salário Mínimo Necessário deveria ser de R\$ 5.800,98, ou 5,27 vezes o mínimo de R\$ 1.100,00 (dez 2021)

A Cesta Básica de Porto Alegre registrou aumento de 10,92% em 2021, encerrando o ano com o valor de R\$ 682,90. Dos treze produtos pesquisados, dez registraram aumento de preço: o açúcar (61,73%), o café (54,19%), o tomate (35,04%), a carne (18,76%), a farinha de trigo (17,20%), o pão

(13,40%), a manteiga (9,59%), o feijão (5,87%), o óleo de soja (4,75%) e o leite (1,60%). Por outro lado, três itens ficaram mais baratos: a batata (-28,55%) o arroz (-20,63%) e a banana (-16,27%). Na passagem de novembro para dezembro, o valor do conjunto de bens alimentícios básicos registrou retração de 0,35%. Dos treze produtos que compõem o conjunto de gêneros alimentícios essenciais previstos, nove ficaram mais caros: a banana (12,76%), o pão (3,67%), o café (1,76%), a carne (1,61%), o açúcar (1,13%), o óleo de soja (0,97%), a manteiga (0,94%), o leite (0,78%), o feijão (0,74%). Em sentido contrário, quatro itens caíram de preço: a batata (-20,62%), o tomate (-12,15%), o arroz (-5,74%) e a farinha de trigo (-0,18%).

Em dezembro de 2021, o maior custo do conjunto de bens alimentícios básicos foi o de São Paulo (R\$ 690,51), depois o de Florianópolis (R\$ 689,56) e, em seguida, o de Porto Alegre (R\$ 682,90). Entre as cidades do Norte e Nordeste, localidades onde a composi-

ção da cesta é diferente, os menores valores médios foram observados em Aracaju (R\$ 478,05), João Pessoa (R\$ 510,82) e Salvador (R\$ 518,21). Com base na cesta mais cara, que, em dezembro, foi a de São Paulo, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário. Em dezembro de 2021, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 5.800,98 ou 5,27 vezes o mínimo de R\$ 1.100,00. Em novembro, o mínimo necessário correspondeu a R\$ 5.969,17 ou 5,43 vezes o piso vigente. Em dezembro de 2020, o salário mínimo necessário foi de R\$ 5.304,90, ou 5,08 vezes o piso em vigor, que equivalia a R\$ 1.045,00. | Fonte: DIEESE-RS

Centrais sindicais querem debater revogação da reforma trabalhista a exemplo da Espanha



O presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre, e mais cinco presidentes de centrais sindicais divulgaram, no mês de janeiro, uma nota em que defendem o debate no Brasil para que a reforma Trabalhista de Michel Temer, em 2017, seja revogada, assim como fez o novo governo da Espanha, de centro-esquerda.

Para as centrais, o retorno de direitos dos trabalhadores na Espanha é uma sinalização de que o mesmo pode ser feito no Brasil, já que a reforma aqui não trouxe os 6 milhões de empregos anunciados. Ao contrário, aumentou o desemprego, precarizou as relações trabalhistas e ainda retirou renda dos trabalhadores e trabalhadoras.

A taxa de desemprego no Brasil é de 12,1%, atingindo 12,9 milhões de pessoas, segundo o IBGE. Entretanto, o trabalho informal representa 40,7% da população ocupada. São 38,2 milhões de pessoas desempenhando ocupações sem direitos e nenhum tipo de proteção. 25,4 milhões trabalham por conta própria, 10,8 milhões trabalham sem carteira assinada.

Confira a íntegra da nota das Centrais Sindicais

Centrais Sindicais saúdam acordo trabalhista espanhol.

Precarização do emprego não gera desenvolvimento

As Centrais Sindicais saúdam com louvor os novos ventos que sopram da Espanha no mundo do trabalho. Em 23 de dezembro, o Conselho de Ministros aprovou o Decreto-Lei Real que trata do acordo articulado pelo governo espanhol com as entidades sindicais (CCOO e UGT) e empresarias (CEOE e CEPYME) para reformular estrutural-

mente as regras laborais e de relações de trabalho naquele país.

Após a eleição majoritária espanhola de 2019, vencida por uma coalizão de centro-esquerda, foi aberto um debate entre sindicatos, empresários e governo que resultou no Decreto-Lei Real, proposta que será apreciada pelo parlamento espanhol.

Ainda na campanha eleitoral, a sociedade demonstrou que queria mudanças. Essa pressão estimulou negociações entre sindicatos e representantes patronais. O governo eleito captou essa demanda social e tem incentivado essa relação.

Entendemos que esse novo acordo pode ser uma sinalização que estimule reabrirmos esse debate também no Brasil. Recordemos que a reforma trabalhista espanhola é fonte de inspiração para realizar no nosso país o desmonte dos direitos, a precarização dos vínculos laborais e o ataque os sindicatos e às negociações. O argumento é o mesmo: reduzir o custo do trabalho para gerar empregos.

Passados quatro anos está claro que os objetivos da reforma trabalhista de Michel Temer, ampliada e aprofundada por Bolsonaro, revelou-se um desastre para a classe trabalhadora e para a nação. Nesse período o desemprego aumentou, a precarização e a insegurança laboral se generalizaram, arrocho salarial, pobreza e desigualdade se expandiram, trazendo crescimento econômico rastejante e aumento das mazelas sociais. Esse já era o quadro antes da pandemia de março de 2020. Após a adoção das medidas necessárias para contenção do coronavírus, a crise se tornou uma verdadeira calamidade.

Vemos as mudanças que se aceleram no mundo do trabalho e nas relações laborais e, diante disso, como representantes da classe trabalhadora, temos o direito de exigir que o diálogo prevaleça para formular as necessárias mudanças, o que nos foi negado desde a posse de Bolsonaro em 2019. No debate eleitoral de 2022 a geração de emprego de qualidade, a valorização dos salá-

rios, a proteção laboral, social, previdenciária e sindical deverá ser central.

Este debate será também um incentivo para que mais trabalhadores se candidatem e possam nos representar no Congresso Nacional e Assembleias Legislativas. As mudanças que estão acontecendo na Espanha nos dão a esperança de que por aqui também possamos rever pontos de uma reforma que foi imposta sem um debate social e com um deliberado viés pró capital e antisindical.

A unidade de ação das centrais sindicais brasileiras abraça essa causa, e aposta no caminho do entendimento e da mobilização para o benefício de toda sociedade.

São Paulo, 5 de janeiro de 2022.

Assinam

Sérgio Nobre, Presidente da CUT – Central Única dos Trabalhadores

Miguel Torres, Presidente da Força Sindical

Ricardo Patah, Presidente da UGT – União Geral dos Trabalhadores

Antonio Neto, Presidente da CSB – Central dos Sindicatos Brasileiros

Adilson Araújo, Presidente da CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

Oswaldo Augusto de Barros, Presidente da NCST – Nova Central Sindical de Trabalhadores

EXPEDIENTE UNIÃO SINDICAL

Publicação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Celulose, Papel, Papelão, Artefatos e Cortiça de Guaíba e Região/RS.

Tiragem: 2.300 impressos

CNPJ 90.830.183/0001-65

Rua Bento Gonçalves, 304, Centro – Guaíba/RS

RESPONSÁVEIS: Walter Fogaça, presidente do SINPACEL; Gilberto José Cedrez Macedo, diretor de divulgação e cultura

DIAGRAMAÇÃO: Ciao! Comunicação

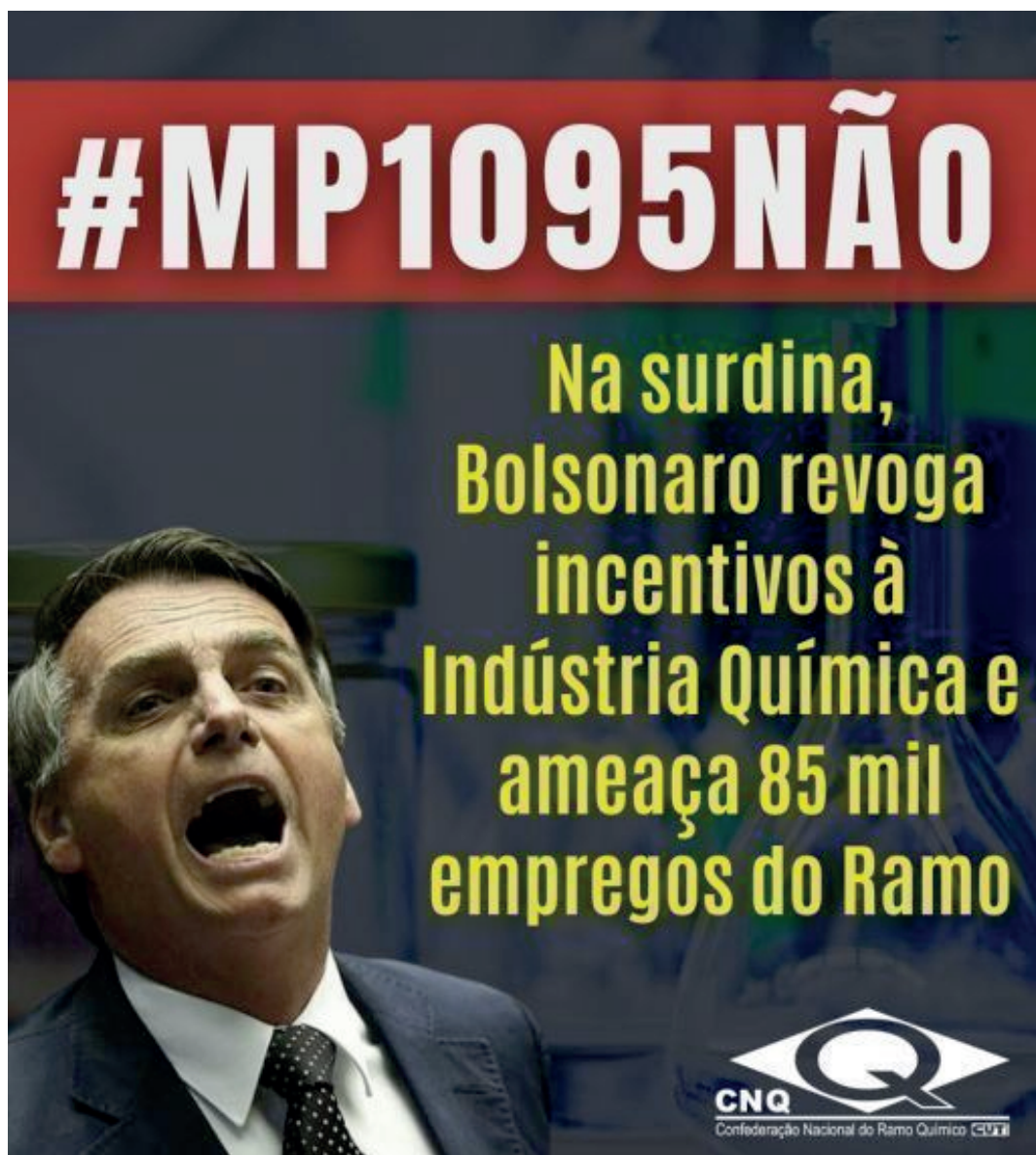
CONTATO: 51 3480-2900 | 51 3480-2973

sinpacel-rs.com.br | facebook.com/SinpacelRS

FILIADO À



Nota Conjunta contra o fim do Reiq



Medida Provisória de Bolsonaro desarticula indústria química no Brasil e pode resultar na perda de até 85 mil empregos no Ramo

No dia 31 de dezembro de 2021, o governo Bolsonaro editou a Medida Provisória (MP 1095) que extingue o Regime Especial da Indústria Química (REIQ).

A MP revoga a tributação especial do PIS/Cofins relativos à nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas. A medida faz parte de um plano consecutivo de ataques a indústria química brasileira, que passa por grandes dificuldades.

Segundo o indicador de Importações/Consumo Nacional Aparente (CAN), elaborado pela Associação Brasileira das Indústrias Químicas (ABIQUM), o País importa cerca de 50% dos químicos consumidos internamente, ao passo que, em 1990, o

indicador era de menos de 10%.

A desindustrialização avança no Brasil. Hoje, o valor da transformação industrial somado ao PIB foi de 10%, segundo dados do IBGE. Trata-se do menor valor histórico desde 1996.

A perda da indústria no contexto brasileiro agrava a deterioração do mercado de trabalho. Sem oportunidades na indústria, os brasileiros estão sendo direcionados aos postos de trabalho no setor de serviços, de baixa remuneração e com contratos precários.

Não bastasse isso, a incapacidade de produção doméstica na área da saúde em meio à pandemia evidenciou como somos reféns de economias estrangeiras para poder garantir a assistência mínima aos brasileiros. No início, os Equipamentos de Proteção Individual (EPIS) estiveram em falta e, em pouco tempo, faltaram respiradores, oxigênio,

medicamentos e vacinas ao povo. O projeto de desindustrialização do complexo econômico da saúde é, neste sentido, parte do genocídio do povo brasileiro.

A indústria não é um setor qualquer da economia. É o pilar central do desenvolvimento de um país, articulando tecnologia à soberania produtiva e empregos com melhor remuneração.

O fim do REIQ, por meio da MP 1.095, poderá incorrer na demissão de até 85 mil trabalhadores vinculados à indústria química nacional, agravando o desemprego. Além disso, é projetada queda de arrecadação na ordem de 11 bilhões de reais, com a diminuição da competitividade decorrente do aumento tributário.

Ressaltamos também que as desonerações fiscais, sem contrapartidas de investimentos produtivos voltados à superação dos paradigmas tecnológicos, só enriquecem os patrões e não contribuem para o desenvolvimento industrial. Falta planejamento econômico federal para consolidar uma indústria competitiva que sirva aos interesses de seu povo.

O governo federal deveria estar empenhado na elaboração de projetos industriais para o desenvolvimento da nação, fortalecendo o diálogo com o movimento sindical para atingir a prosperidade comum.

A FETQUIM e a CNQ estarão sempre dispostas ao diálogo construtivo de políticas setoriais que contribuam para superação da desindustrialização, desemprego e fome.

*Confederação Nacional do Ramo Químico
CNQ-CUT*

*Federação dos/as Trabalhadores/as do Ramo
Químico da CUT no Estado de São Paulo
FETQUIM*



Relatório Processos Coletivos

PAPEL PAPELÃO Guaíba – SINPACEL

RECLAMADA:
RIOCEL/ ARACRUZ/ CMPC

NÚMERO DO PROCESSO

0020999-22.2021.5.04.0221

TIPO - Intervalo Intraturnos

SETOR - Fábrica

INST - Vara do Trabalho de Guaíba

SITUAÇÃO - Processo recente, em fase de instrução.

NÚMERO DO PROCESSO

0097100-62.2005.5.04.0221

TIPO - Tolerância Horas Extras

SETOR - Fábrica

INST - Vara do Trabalho de Guaíba

SITUAÇÃO - Processo aguarda julgamento dos recursos de agravo de petição pendentes de julgamento a respeito da discussão do juro e correção monetária.

NÚMERO DO PROCESSO

0000638-67.2010.5.04.0221

TIPO - Insalubridade e Periculosidade

SETOR - Fábrica

INST - Vara do Trabalho de Guaíba

SITUAÇÃO - Em fase recursal, a reclamada interpôs recurso de revista, foi negado seguimento, interpôs agravo para destrancar o recurso. Ainda não julgado no TST.

NÚMERO DO PROCESSO

0020356-06.2017.5.04.0221

TIPO - Ação Cumprimento – 5 minutos

SETOR - Fábrica

INST - Vara do Trabalho de Guaíba

SITUAÇÃO - Interposto recurso de revista pela reclamada, fase recursal, aguardando julgamento no TST.

RECLAMADA: CELUPA

NÚMERO DO PROCESSO

0033600-51.2007.5.04.0221

TIPO - Tolerância Horas Extras

SETOR - Fábrica

INSTÂNCIA - TST

SITUAÇÃO - Processo aguarda análise/decisão do Juízo quanto as impugnações aos cálculos que foram apresentadas.

NÚMERO DO PROCESSO

0020326-73.2014.5.04.0221

TIPO - Ação de Cumprimento 5min.

SETOR - Rol de substituídos

INSTÂNCIA - TRT-4

SITUAÇÃO - Processo Suspenso por Recurso Extraordinário com repercussão geral - aguardando a decisão do STF no ARE 1121633. A Celupa apresentou Recurso de Revista. Aguardando o julgamento em Brasília.

NÚMERO DO PROCESSO

0020031-65.2016.5.04.0221

TIPO - Prorrogação – Adic. noturno

INSTÂNCIA - TRT-4

SITUAÇÃO - Se encontra em fase recursal, foi interposto pela reclamada agravo regimental, aguarda julgamento em Brasília.

NÚMERO DO PROCESSO

0020029-95.2016.5.04.0221

TIPO - Intervalos

INSTÂNCIA - TRT-4

SITUAÇÃO - Está em fase recursal, interposto pela reclamada, aguardando decisão de admissibilidade.

NÚMERO DO PROCESSO

0021361-63.2017.5.04.0221

TIPO - Adicional Noturno

SETOR - Varado Trabalho de Guaíba

SITUAÇÃO: Processo em fase recursal foi interposto recurso de revista pela reclamada, aguardando pela intimação da movimentação no TST.

RECLAMADA: KIMBERLY

NÚMERO DO PROCESSO

0020395-03.2017.5.04.0221

TIPO - Ação de Cumprimento – 5 min.

SETOR - Fábrica

INST - Vara do Trabalho de Guaíba

SITUAÇÃO: Processo em fase recursal, interpusemos recurso de revista, aguardando por julgamento em Brasília.

RECLAMADA: SANTHER

NÚMERO DO PROCESSO

0021351-87.2015.5.04.0221

TIPO - Adicional de insalubridade e periculosidade

INSTÂNCIA - TRT-4

SITUAÇÃO - A reclamada interpôs Recurso de Revista, fase recursal, aguardando julgamento no TST.

NÚMERO DO PROCESSO

0020328-43.2014.5.04.0221

TIPO - Ação de Cumprimento 5 min.

SETOR - Rol de substituídos

INSTÂNCIA - TST

SITUAÇÃO - Processo aguarda apreciação das impugnações apresentadas para posterior liberação de valores.

RECLAMADA: GUAÍBA QUIMICA

NÚMERO DO PROCESSO

0021017-48.2018.5.04.0221

TIPO - Adicional de periculosidade

SETOR - Fábrica

INST - Vara do Trabalho de Guaíba

SITUAÇÃO - Processo em fase de instrução aguardando sentença.

RECLAMADA: COMBIO

NÚMERO DO PROCESSO

0020957-70.2021.5.04.0221

TIPO - Enquadramento Sindical

INST - Vara do Trabalho de Guaíba

SITUAÇÃO - Processo recente, em fase de instrução.

Combustíveis, café, carnes: quanto subiram os vilões da inflação em 2021



O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), a inflação oficial, fechou 2021 em 10,06%. Veja quais foram os vilões:

Combustíveis

O grupo Transportes foi o que teve maior peso na inflação, representando 4,19 pontos percentuais no acumulado do ano. Segundo o IBGE, o principal componente foi a alta de combustíveis. Em conjunto, eles subiram 49,02%. O etanol teve alta de 62,23%; a gasolina, de 47,49%; e o diesel, de 46,04%;

Gás de cozinha

O GLP também pesou no orçamento dos brasileiros em 2021: a alta foi de 36,99%, segundo o IBGE. A valorização do dólar e a política de preços da Petrobras, que repassa flutuações do valor do petróleo no mercado internacional, foram as principais causas do aumento.

Conta de luz

Outra vilã da inflação no ano passado foi a energia elétrica, que teve alta de 21,21%. A conta subiu por causa da seca, que forçou o acionamento de usinas térmicas, que são mais caras.

Café

O grupo de alimentos e bebidas subiu 7,94%, segundo o IBGE. O destaque foi o café moído, que subiu 50,24%.

Açúcar refinado

O açúcar foi companheiro do café até no aumento de preço: o item teve alta de 47,87% no ano passado.

Carnes

As carnes subiram 8,45%, mas alguns cortes tiveram alta bem mais expressiva. O filé mignon subiu 30,91%; a picanha, 17,36%; e o contrafilé, 11,83%.

Frango

Outra proteína, a carne de frango

também ficou mais cara. O frango em pedaços teve alta de 29,85%; o inteiro subiu 19,89%. No geral, a alta do grupo de aves e ovos foi de 23,55%.

Mandioca e outros

Os acompanhamentos também ficaram mais salgados: a mandioca foi a campeã, com alta de 48,08%. O tomate subiu 18,6%, e a cebola, 18,3%.

Frutas

No grupo das frutas, o mamão foi o que mais subiu: 36,01%. Outros alimentos que tiveram alta foram pera (29,59%), melancia (25,53%) e melão (24,74%).

Queijo e vinho

Os dois itens também subiram, segundo o IBGE. Para o queijo, a alta foi de 14,89%; o vinho subiu 14,28%.

Fonte: Uol